

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--------------------------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
-----------------------------------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	69
--------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	916.000.000
Preferenciais	0
Total	916.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	1.719.900	2.003.958	1.932.836
1.01	Ativo Circulante	87.698	51.043	48.026
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.052	11.765	20.791
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.920	24.635	11.838
1.01.03	Contas a Receber	15.306	12.079	12.670
1.01.03.01	Clientes	15.306	12.079	12.670
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	15.283	12.048	12.658
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	23	31	12
1.01.06	Tributos a Recuperar	753	716	774
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.333	1.404	1.248
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	334	444	705
1.01.08.03	Outros	334	444	705
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	0	0	500
1.01.08.03.02	Outros Créditos	334	444	205
1.02	Ativo Não Circulante	1.632.202	1.952.915	1.884.810
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.790	29.685	355
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	25.474	29.287	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	316	398	355
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Outros	298	381	339
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	18	17	16
1.02.03	Imobilizado	72.405	90.988	109.292
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	72.103	88.562	102.580
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	4	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	302	2.422	6.712
1.02.04	Intangível	1.534.007	1.832.242	1.775.163
1.02.04.01	Intangíveis	1.534.007	1.832.242	1.775.163
1.02.04.01.02	Intangível	1.359.992	1.680.313	1.775.163
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	173.892	151.500	0
1.02.04.01.04	Intangível em Andamento	123	429	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	1.719.900	2.003.958	1.932.836
2.01	Passivo Circulante	141.735	78.664	34.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.513	10.185	10.727
2.01.01.01	Obrigações Sociais	988	1.082	1.220
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.525	9.103	9.507
2.01.02	Fornecedores	22.262	16.970	15.223
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.237	16.956	15.128
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	25	14	95
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.439	3.414	2.754
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.576	1.875	1.154
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.611	1.389	1.154
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	965	486	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.863	1.539	1.600
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.863	1.539	1.600
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	48.701	46.018	977
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.701	46.018	977
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.701	46.018	977
2.01.05	Outras Obrigações	2.248	2.077	4.895
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	905	779	718
2.01.05.02	Outros	1.343	1.298	4.177
2.01.05.02.04	Dividendo a Pagar	0	0	3.302
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	908	873	841
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	435	421	34
2.01.05.02.09	Arrendamento Mercantil	0	4	0
2.01.06	Provisões	57.572	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	57.572	0	0
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	57.572	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	979.212	1.022.529	966.749
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	810.237	805.123	845.843

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	810.237	805.123	845.843
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	810.237	805.123	845.843
2.02.02	Outras Obrigações	49	49	0
2.02.02.02	Outros	49	49	0
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	49	49	0
2.02.03	Tributos Diferidos	4.177	61.953	29.935
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.177	61.953	29.935
2.02.04	Provisões	164.749	155.404	90.971
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	136.034	1.136	98
2.02.04.02	Outras Provisões	28.715	154.268	90.873
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	26.585	153.375	90.873
2.02.04.02.05	Obrigações parceladas	2.130	893	0
2.03	Patrimônio Líquido	598.953	902.765	931.511
2.03.01	Capital Social Realizado	916.000	871.000	848.000
2.03.04	Reservas de Lucros	0	31.765	83.511
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-317.047	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	311.823	291.883	408.832
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-173.442	-264.010	-346.914
3.02.01	Custo de Construção	-37.993	-19.119	-132.990
3.02.02	Serviços	-92.450	-68.699	-45.638
3.02.03	Custos com Obrigações Poder Concedente	-15.169	-16.742	-16.303
3.02.04	Depreciação e Amortização	-46.336	-42.670	-36.459
3.02.05	Custo com Pessoal	-33.860	-32.767	-35.332
3.02.06	Provisão de Manutenção	80.335	-54.134	-53.759
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-24.277	-25.933	-18.903
3.02.08	Outros	-3.692	-3.946	-7.530
3.03	Resultado Bruto	138.381	27.873	61.918
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-475.699	-36.241	-33.298
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-476.847	-37.310	-33.741
3.04.02.01	Serviços	-15.330	-14.478	-12.599
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-8.529	-8.088	-7.535
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-6.574	-7.027	-9.771
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-874	-938	-597
3.04.02.08	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-936	-859	-804
3.04.02.12	Outros	-7.319	-2.255	-2.511
3.04.02.13	Provisão para perda esperada - Contas a Receber	1.307	35	147
3.04.02.14	Despesas e multas indedutíveis	-2.402	-2.662	0
3.04.02.15	Estimativa de perda Lei 13.448/17	-301.292	0	0
3.04.02.16	Provisão para riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários, Previdenciários e riscos contratuais	-134.898	-1.038	-71
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.174	1.283	1.149
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-26	-214	-706
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-337.318	-8.368	28.620
3.06	Resultado Financeiro	-69.270	-14.662	-6.961
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-406.588	-23.030	21.659
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	57.776	-32.018	-7.756

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.08.02	Diferido	57.776	-32.018	-7.756
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-348.812	-55.048	13.903
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-348.812	-55.048	13.903
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,38929	-0,06201	0,01687

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-348.812	-55.048	13.903
4.03	Resultado Abrangente do Período	-348.812	-55.048	13.903

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76.689	103.675	120.427
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	78.528	101.035	128.664
6.01.01.01	Prejuízo/Lucro Líquido do Período	-348.812	-55.048	13.903
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-57.776	32.018	7.756
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	54.861	50.714	43.994
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	27	307	706
6.01.01.06	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	0	1	0
6.01.01.07	Depreciação - arrendamento mercantil	4	44	0
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	60.185	71.455	75.310
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Financiamentos	0	-63.536	-73.828
6.01.01.12	Reversão/Constituição da Provisão de Manutenção	-80.335	54.134	53.759
6.01.01.13	Ajustes a valor presente Provisão de Manutenção	11.117	8.368	6.313
6.01.01.14	Constituição/Reversão Prov. Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários, Previdenciários e contratuais	137.950	2.299	909
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a receber	-33	-35	-147
6.01.01.17	Atualização Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários, Previdenciários e contratuais	60	89	-12
6.01.01.18	Juros sobre obrigações parcelados	41	227	0
6.01.01.19	Estimativa de perda Lei nº 13.448/17	301.292	0	0
6.01.01.20	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	-53	-2	1
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.839	2.640	-8.237
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.202	645	-2.257
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	8	-19	33
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-23	57	45
6.01.02.04	Adiantamento a Fornecedores	0	500	-500
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outras	264	-437	-283
6.01.02.11	Fornecedores	5.502	1.931	-2.099
6.01.02.12	Fornecedores - Partes Relacionadas	126	61	35
6.01.02.14	Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	-216
6.01.02.15	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	2.221	1.326	-401
6.01.02.17	Pagamento Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários, Previdenciários e contratuais	-3.112	-1.350	-826

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.18	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-3.672	-493	-1.786
6.01.02.19	Outras Contas a Pagar	49	419	18
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.823	-39.235	-146.422
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-1.650	-4.673	-7.069
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-38.251	-21.765	-139.574
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	363	0	0
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	8.715	-12.797	221
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.579	-73.466	-3.272
6.03.01	Integralização de Capital	45.000	23.000	65.000
6.03.02	Financiamentos (Captação)	0	0	-122
6.03.03	Financiamentos (Pagamento de Principal)	-22.945	0	0
6.03.04	Financiamentos (Pagamento de Juros)	-29.443	-67.134	-68.150
6.03.05	Resgates / Aplicações na conta reserva	3.813	-29.287	0
6.03.06	Arrendamento mercantil (Pagamento de Principal)	-4	-45	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	42.287	-9.026	-29.267
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.765	20.791	50.058
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.052	11.765	20.791

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-348.812	0	-348.812
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-348.812	0	-348.812
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-31.765	31.765	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízo	0	0	-31.765	31.765	0	0
5.07	Saldos Finais	916.000	0	0	-317.047	0	598.953

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	848.000	0	83.511	0	0	931.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	848.000	0	83.511	0	0	931.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.000	0	3.302	0	0	26.302
5.04.01	Aumentos de Capital	23.000	0	0	0	0	23.000
5.04.06	Dividendos	0	0	3.302	0	0	3.302
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-55.048	0	-55.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-55.048	0	-55.048
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-55.048	55.048	0	0
5.07	Saldos Finais	871.000	0	31.765	0	0	902.765

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.000	23.000	9.807	0	0	74.807
5.04.01	Aumentos de Capital	42.000	23.000	0	0	0	65.000
5.04.06	Dividendos	0	0	9.807	0	0	9.807
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.903	0	13.903
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.903	0	13.903
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.601	-13.903	0	-3.302
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.601	-10.601	0	0
5.06.04	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-3.302	0	-3.302
5.07	Saldos Finais	848.000	0	83.511	0	0	931.511

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	339.138	381.341	509.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	337.831	317.770	435.025
7.01.02	Outras Receitas	0	63.536	73.828
7.01.02.01	Juros Capitalizados	0	63.536	73.828
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.307	35	147
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-554.757	-209.352	-291.017
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-134.038	-113.745	-87.028
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-463.061	-22.354	-17.240
7.02.04	Outros	42.342	-73.253	-186.749
7.02.04.01	Custos de Construção	-37.993	-19.119	-132.990
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	80.335	-54.134	-53.759
7.03	Valor Adicionado Bruto	-215.619	171.989	217.983
7.04	Retenções	-54.865	-50.758	-43.994
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.865	-50.758	-43.994
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-270.484	121.231	173.989
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.444	2.541	1.729
7.06.02	Receitas Financeiras	2.444	2.541	1.729
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-268.040	123.772	175.718
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-268.040	123.772	175.718
7.08.01	Pessoal	34.988	34.004	38.433
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.397	22.172	25.893
7.08.01.02	Benefícios	9.341	9.583	9.890
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.535	1.567	1.823
7.08.01.04	Outros	715	682	827
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-26.686	63.930	40.870
7.08.02.01	Federais	-41.845	48.805	25.588
7.08.02.02	Estaduais	163	162	174
7.08.02.03	Municipais	14.996	14.963	15.108
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.470	80.886	82.512

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.01	Juros	72.184	80.655	82.388
7.08.03.02	Aluguéis	286	231	124
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-348.812	-55.048	13.903
7.08.04.02	Dividendos	0	0	3.302
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-348.812	-55.048	10.601

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 21 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de commodities agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3 Destaques de 2020

Em 14 de setembro de 2020 não ocorreu o reajuste tarifário conforme regras do Contrato de Concessão, devido a suspensão dos efeitos da deliberação nº 1.025 de 26 de novembro de 2019, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 O mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica do setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**2.2 Desempenho**

Em R\$ mil	2020	2019	Var. %
Receita líquida	311.823	291.883	6,83%
Receita de pedágio	292.320	291.394	0,32%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	37.993	19.119	98,72%
Outras receitas	7.518	7.257	3,60%
(-) Deduções da receita bruta	-26.008	-25.887	0,47%
(-) Custos e despesas (a)	-653.796	-300.251	117,75%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	-37.993	-19.119	98,72%
Demais custos e despesas	-615.803	-281.132	119,04%
(-) Resultado financeiro líquido	-69.270	-14.662	372,45%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	57.776	-32.018	-280,45%
Prejuízo líquido	-353.467	-55.048	542,11%
(+) Resultado financeiro líquido	69.270	14.662	372,45%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-57.776	32.018	-280,45%
EBIT (b)	-341.973	-8.368	3.986,68%
Margem EBIT	-109,67%	-2,90%	3.681,72%
(+) Provisão de manutenção	-80.335	54.134	-248,40%
EBIT Ajustado	-422.308	45.766	1022,75%
Margem EBIT ajustada (c)	-124,89%	-3,10%	3928,71%
(+) Depreciação/amortização	54.865	50.758	8,09%
EBITDA (b)	-367.443	42.390	-966,82%
Margem EBITDA	-134,19%	14,50%	1025,42%
(+) Provisão de manutenção (d)	-80.335	54.134	-248,40%
EBITDA ajustado	-447.778	96.524	-563,90%
Margem EBITDA ajustada (e)	-163,52%	35,40%	-561,92%
Dívida líquida	804.886	839.376	-4,11%
Investimentos	39.901	26.438	50,92%
Veículos equivalentes (em milhares)	44.260	44.171	0,20%

- (a) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "1") e 17 - Provisão de manutenção.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

2.2.1 Receita Líquida

Receita de pedágio: Em 2020 a arrecadação totalizou R\$ 292.320 em Receita de Pedágio, comparando com 2019 apresentou-se um aumento de 0,3%. O tráfego de veículos pesados registrou crescimento de 3,2% pelo aumento da comercialização de soja principalmente. Também foi possível

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

identificar retração de 1,01 milhões de eixos no tráfego passeio quando comparado com 2019 devido a pandemia do COVID-19.

Receita de construção: Em 2020 a receita de construção ficou em R\$ 37.993, sendo que o maior volume ocorreu na restauração de pavimento, comparando com 2019 o saldo é maior em 98,7%. Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 47 – Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Outras receitas: Referem-se às receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica. Em 2020 a receita foi maior em 3,6% comparando com o ano anterior devido aos reajustes contratuais, esses reajustes são feitos anualmente, considerando o mês de assinatura do contrato, utilizando como base o índice de IPCA do mês de fevereiro, conforme definido pela Resolução nº 2.552 de 15 de fevereiro de 2008 da ANTT. (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais aumentaram 16,7% no exercício de 2020 em relação a 2019, alcançando o valor de R\$ 350.455. Esta variação deve-se principalmente ao provisionamento de autos de infração registrados em dezembro de 2020.

2.2.3 Investimentos

Durante o exercício de 2020, foram investidos R\$ 39.901 em obras, equipamentos e veículos. Esses valores, quando adicionados aos R\$ 26.438 realizados em 2019, perfazem o montante de R\$ 1.784.173 realizados nos 6 anos de implementação do plano de investimentos da Companhia.

O principal projeto de 2020 foi:

- Restauração de pavimento em **100 km**.

Além deste, alguns projetos seguem em andamento:

- Melhorias na sinalização horizontal e vertical;
- Melhorias em elementos de drenagem e obras de arte correntes;
- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

2.2.4 Captação de Recursos

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646.000 com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109.915. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587.039. Além disso, no mesmo ano a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527.288 e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210.000. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147.050 de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107.405 dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal. A Companhia não obteve novos desembolsos em 2019 e 2020.

A Companhia não contratou novos financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Companhia foi de R\$ 30.808, representando 10,27% da Receita Operacional Bruta, o que representa um decréscimo de 30,32% em relação a 2019, em que o valor adicionado foi de R\$ 121.231 representando 40,59% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social (art. 33) determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de três anos reverterão em favor da Companhia. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de: (i) balanço patrimonial semestral; ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Companhia não distribuiu dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia continua com a prestação de serviços de atendimento aos usuários da BR-163/MS com socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional 24 horas, todos os dias do ano, buscando com excelência torná-la uma Rodovia da Vida.

2.2.8 Gestão da Qualidade

No exercício de 2020, a Companhia passou por auditoria de recertificação da norma NBR ISO 14001 versão 2015 compreendendo o escopo: cobrança de receitas acessórias na faixa de domínio, monitoramento do tráfego pelo centro de controle operacional e através do 0800, canal de ouvidoria para recebimento e tratativa de reclamações, sugestões e solicitações, monitoração e conservação da faixa de domínio, arrecadação da tarifa de pedágio, serviço de atendimento ao usuário (SAU) através de resgate médico, resgate mecânico, inspeção de tráfego, combate a princípio de incêndio e apreensão e/ou afugentamento e resgate de animais do sistema rodoviário da BR-163/MS. Conforme ABNT NBR ISO 14001, o objetivo da Norma é “prover à organização uma estrutura para proteção do meio ambiente e possibilitar uma resposta às mudanças das condições ambientais em equilíbrio com as necessidades socioeconômicas”. Através da Gestão Socioambiental é possível proteger o meio ambiente, melhorar a eficiência do desempenho e reduzir custos, reafirmando o comprometimento da concessionária na participação ativa para o desenvolvimento regional.

2.2.9 Recursos Humanos

Em 2020 foram contratados 127 novos colaboradores para diversas áreas da Concessionária. A média/ano de turnover ficou em 1,38%. O destaque está nas capacitações internas (NR's 5, 6, 11 e 12, PTI – Programa de Treinamento Interno do APH e Tráfego), o que refletiu em redução de gastos e efetividade dos resultados dos treinamentos.

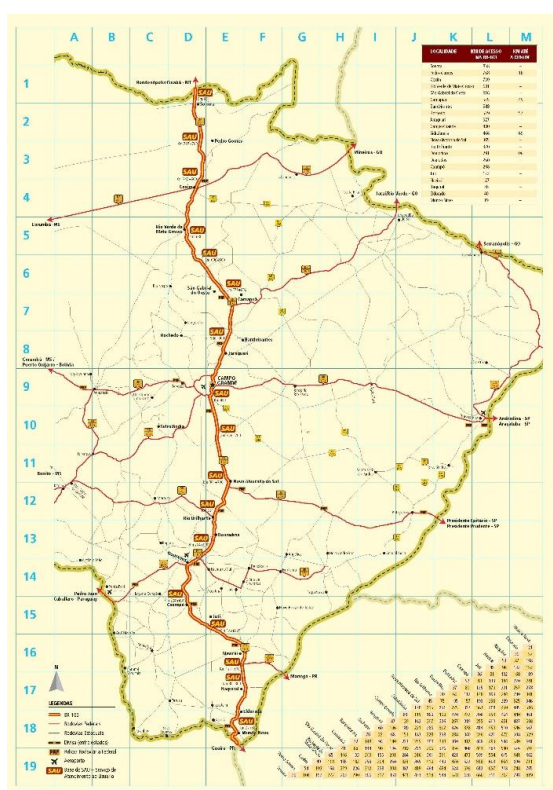
Encerramos 2020 com 732 colaboradores próprios e 319 colaboradores terceirizados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Indicadores Operacionais

Em 11 de outubro de 2020, a Concessionária completou seis anos de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional.

As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.



3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

Na tabela é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês em cada Praça de Pedágio, sem evasão.

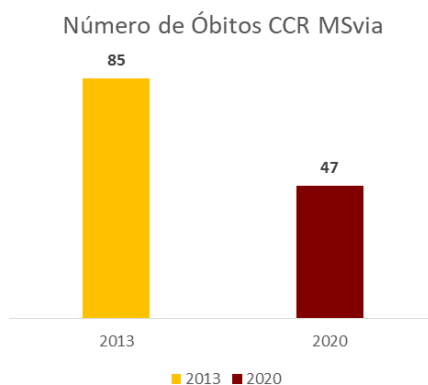
	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	TOTAL
Janeiro	11.205	11.452	11.542	10.656	16.189	17.394	14.634	12.636	11.929	117.637
Fevereiro	11.587	11.885	12.182	9.983	15.671	17.579	14.856	12.528	11.684	117.955
Março	11.319	11.823	11.686	8.951	14.293	16.748	14.236	11.138	10.671	110.865
Abril	10.380	10.714	10.302	7.646	11.189	14.225	11.442	8.716	7.970	92.584
Maió	10.725	11.859	10.520	8.588	13.003	16.269	13.437	10.836	9.973	105.210
Junho	11.821	13.648	12.100	9.848	14.997	18.297	15.209	12.634	11.728	120.282
Julho	14.134	16.885	13.900	10.885	15.726	19.159	16.140	13.416	12.520	132.765
Agosto	17.277	18.704	15.991	10.604	14.805	18.077	15.273	11.833	10.974	133.538

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

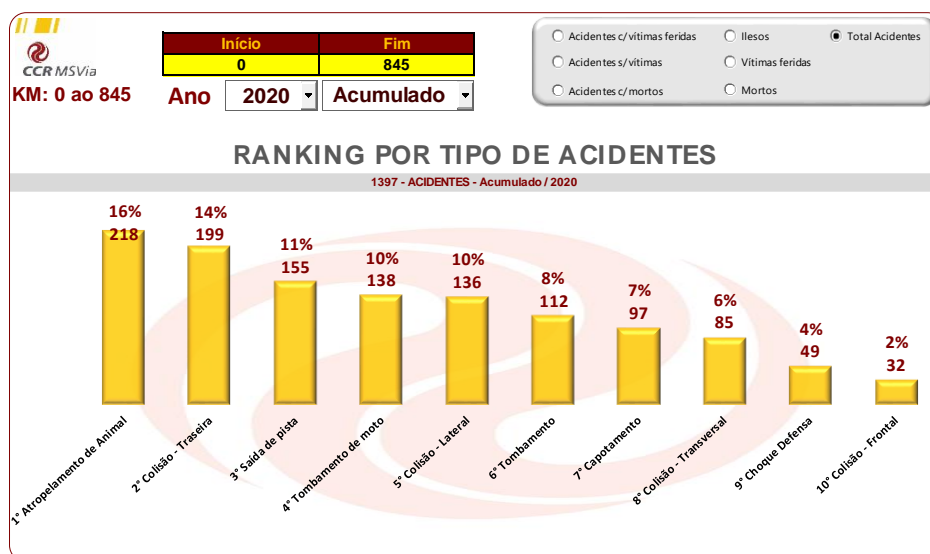
Setembro	17.689	19.048	16.740	11.295	15.257	18.617	15.249	11.931	10.860	136.686
Outubro	14.743	15.909	14.458	11.734	16.084	18.534	15.212	12.504	11.362	130.540
Novembro	14.943	16.439	14.095	11.312	15.614	17.714	14.290	11.954	10.886	127.247
Dezembro	13.523	14.438	13.711	11.499	15.851	18.026	14.557	12.400	11.423	125.428
ANO	13.283	14.408	13.105	10.254	14.892	17.557	14.548	11.880	11.002	120.929

3.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2019 foram registrados 1.420 acidentes, em 2020 houve uma redução no qual o número de acidentes registrados foi 1.397. Comparando o número de vítimas fatais com 2013 quando a rodovia não era concessionada houve uma redução de 47%.



Nas figuras são demonstrados os percentuais e valores de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por quantidade de eventos, por tipo de veículo, por gravidade e com número de pessoas envolvidas no exercício corrente e no exercício anterior.

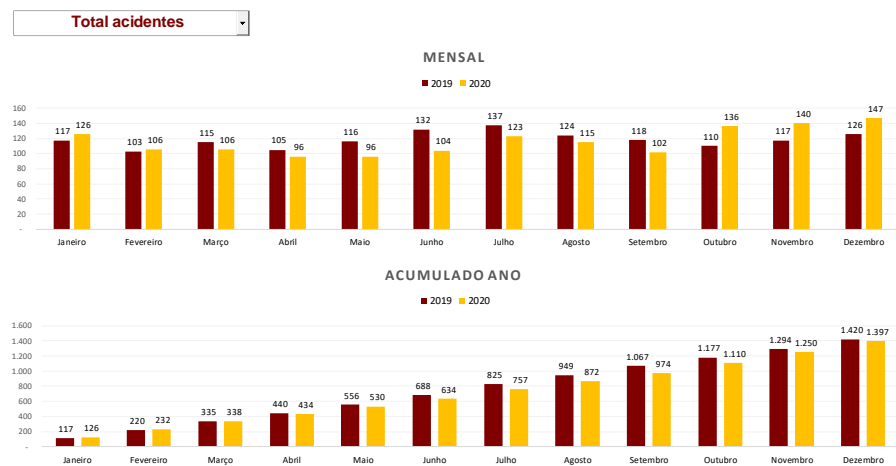


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ACOMPANHAMENTO MENSAL DE ACIDENTES - CCR MSV^{ia} 2020

Ano / Acidentes	Acumulado	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Total acidentes	1.397	126	106	106	96	96	104	123	115	102	136	140	147
Acidentes c/ vítimas feridas	550	48	39	45	44	39	44	34	47	48	57	62	43
Acidentes s/ vítimas	808	73	66	57	51	53	58	82	67	52	76	72	101
Acidentes c/ mortos	39	5	1	4	1	4	2	7	1	2	3	6	3
Atropelamento Fatal	4	-	-	1	-	2	-	-	1	-	-	-	-
Atropelamento	19	1	2	3	-	2	4	-	1	1	3	1	1

Nº. Vítimas feridas	805	71	59	95	62	52	59	47	60	75	72	88	65
Nº. Mortos	47	5	1	4	1	4	5	9	1	2	4	6	5

Fonte: CCO - MSV^{ia}

3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo Veículo	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	17	2,01
Guincho Pesado	8	0,95
Veículo de Inspeção	19	2,25
Ambulância de Resgate - Tipo C	12	1,42
Ambulância de Suporte Avançado - Tipo D	5	0,59
Caminhão Pipa	5	0,59
Caminhão Apreensão de Animais	5	0,59
Manutenção de Equipamentos	13	1,54
Administrativo	42	4,97
Fiscalização (ANTT)	4	0,47
Sela Trinca	2	0,24
Veículos de Pintura	3	0,36
Total	135	15,98

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício de 2020, foram registrados 111.809 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 134.276 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 89.904 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 40.511 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 3.861 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela as quantidades de colaboradores empregados pela Companhia na operação da Concessão no último mês ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de colaboradores pelo VDMA (Volume Diário Médio Anual) equivalente da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de colaboradores pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Guincho Leve	17	2,01
Guincho Pesado	8	0,95
Veículo de Inspeção	19	2,25
Ambulância de Resgate - Tipo C	12	1,42
Ambulância de Suporte Avançado - Tipo D	5	0,59
Caminhão Pipa	5	0,59
Caminhão Apreensão de Animais	5	0,59
Manutenção de Equipamentos	13	1,54
Administrativo	42	4,97
Fiscalização (ANTT)	4	0,47
Sela Trinca	2	0,24
Veículos de Pintura	3	0,36
Total	135	15,98
Agente Administrativo	7	0,58
Agente Atendimento - APH Enfermeiro	22	1,82
Agente Atendimento - APH Socorrista	179	14,80
Agente Atendimento - Monitoramento	182	15,05
Agente Atendimento - Pesagem	3	0,25
Agente Manutencao Frota	0	0,00
Supervisor Interacao Com Cliente	3	0,25
Coord. Interacao Com Cliente	3	0,25
Analista Atendimento	1	0,08
Gestor Atendimento	1	0,08
Total Operacional	401	33,16
Agente Atendimento - Arrecadacao	160	13,23
Coord. Arrecadacao	1	0,08
Lider Arrecadacao	16	1,32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Supervisor Administrativo	1	0,08
Total Pedágio	178	14,71
Agente Administrativo	19	1,57
Agente Atendimento - APH Socorrista	7	0,58
Agente Atendimento - APH Enfermeiro	1	0,08
Agente Atendimento - Arrecadacao	4	0,33
Agente Atendimento - Monitoramento	11	0,91
Agente Conservacao	15	1,24
Agente Econ. Financeiro	1	0,08
Agente Engenharia	17	1,41
Agente Especializado Tecnologia	1	0,08
Agente Gestao Pessoas	1	0,08
Agente Manutencao	16	1,32
Agente Manutencao Frota	5	0,41
Agente Manut Eqpto Sistemas	5	0,41
Agente Motorista	1	0,08
Agente Secretaria	1	0,08
Agente Suporte Sistemas	2	0,17
Agente Suprimentos	1	0,08
Analista Administracao	1	0,08
Analista Adm Contrato	1	0,08
Analista Comercial	1	0,08
Analista Comunicacao	1	0,08
Analista Engenharia Viaria	7	0,58
Analista Juridico	1	0,08
Analista Meio Ambiente	1	0,08
Analista Planejamento e Controle	1	0,08
Analista Qualidade	1	0,08
Analista Relacoes Institucionais	1	0,08
Analista Sistemas Atendimento	1	0,08
Aprendiz Assist. Administrativo	0	0,00
Coord. Adm. Contrato	1	0,08
Coord. Engenharia Viaria	2	0,17
Coord. Gestao Pessoas	1	0,08
Coord. Medico Trabalho	1	0,08
Coord. Engenharia Viaria	2	0,17
Coord. Gestao Pessoas	1	0,08
Coord. Medico Trabalho	1	0,08
Coord. Planejamento Controle	1	0,08
Engenheiro Seguranca Trabalho	1	0,08
Gestor Adm Contrato	0	0,00
Gestor Comunicacao	1	0,08
Superintendente de Unidade	1	0,08
Supervisor Administrativo	7	0,58

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Supervisor Engenharia	5	0,41
Supervisor Manut EQPTO Sistemas	3	0,25
Supervisor Manutencao Frota	1	0,08
Tecnico Seguranca Trabalho	3	0,25
Total Áreas De Apoio	157	12,92
Total Geral	732	60,53

3.4 Aspectos Financeiros

Nos quadros a seguir temos um breve detalhamento de alguns números da Companhia

- Receita de Pedágio/Acessória (em R\$ mil)

Em 2020	Acumulada (a)
299.838	1.572.983

- Investimentos (em R\$ mil)

Em 2020	Acumulado (a)
39.901	1.784.173

- Custos Operacionais (em R\$ mil)

Em 2020	Acumulado (a)
350.455	2.900.141

- ISS Repassados (em R\$ mil)

A tabela mostra o total de ISS repassados para as prefeituras no exercício de 2020 e desde o início da concessão.

Em 2020	Acumulado (a)
20.020	137.094

- a) Saldos acumulados desde o início da concessão.

- Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes as tarifas praticadas no exercício de 2020 em cada praça de pedágio, por categoria de veículo

Eixos	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
1	R\$ 5,10	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 7,10	R\$ 7,80	R\$ 6,10	R\$ 5,90	R\$ 7,80	R\$ 5,80
2	R\$ 10,20	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,20	R\$ 15,60	R\$ 12,20	R\$ 11,80	R\$ 15,60	R\$ 11,60
3	R\$ 15,30	R\$ 21,00	R\$ 21,00	R\$ 21,30	R\$ 23,40	R\$ 18,30	R\$ 17,70	R\$ 23,40	R\$ 17,40
4	R\$ 20,40	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 28,40	R\$ 31,20	R\$ 24,40	R\$ 23,60	R\$ 31,20	R\$ 23,20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5	R\$ 25,50	R\$ 35,00	R\$ 35,00	R\$ 35,50	R\$ 39,00	R\$ 30,50	R\$ 29,50	R\$ 39,00	R\$ 29,00
6	R\$ 30,60	R\$ 42,00	R\$ 42,00	R\$ 42,60	R\$ 46,80	R\$ 36,60	R\$ 35,40	R\$ 46,80	R\$ 34,80
7	R\$ 35,70	R\$ 49,00	R\$ 49,00	R\$ 49,70	R\$ 54,60	R\$ 42,70	R\$ 41,30	R\$ 54,60	R\$ 40,60
8	R\$ 40,80	R\$ 56,00	R\$ 56,00	R\$ 56,80	R\$ 62,40	R\$ 48,80	R\$ 47,20	R\$ 62,40	R\$ 46,40
9	R\$ 45,90	R\$ 63,00	R\$ 63,00	R\$ 63,90	R\$ 70,20	R\$ 54,90	R\$ 53,10	R\$ 70,20	R\$ 52,20

3.5 Concessionária em números

Dados anuais - 2020		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	845	
Número de veículos que transitaram	16.419.502	Quantidade por tamanho (leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos leves	8.766.709	
Motos	296.378	
Caminhões	6.870.024	
Ônibus	77.811	
Veículos isentos	408.118	
Motos isentas	462	
Número de praças de pedágios	9	
Tarifa		Tarifa (informação detalhada no item 3.4)
P1 – Mundo Novo	5,10	
P2 – Itaquirai	7,00	
P3 – Caarapó	7,00	
P4 – Rio Brilhante	7,10	
P5 – Campo Grande	7,80	
P6 – Jaraguari	6,10	
P7 – São Gabriel do Oeste	5,90	
P8 – Rio Verde	7,80	
P9 – Pedro Gomes	5,80	
Número de quilômetros mantidos	845	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	120.929	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	120.929	Média anual
Equip. utilizadas pelo concessionário		Veículos, Maquinaria, Balanças, etc.
Praças de pedágio	9	
Bases Operacionais	17	
Balanças	3	
Ambulâncias de Resgate	17	
Guincho Leve	17	
Guincho Pesado	8	
Veículo Inspeção de Tráfego	19	
Veículo Apreensão de Animais	5	
Veículo Caminhão Pipa	5	
Índices de qualidade de estrada	N/A	Por exemplo, índice de Rugosidade
Receita de pedágio	292.320	Expresso em milhares de reais
Custos associados às receitas de pedágio	26.008	Expresso em milhares de reais
<u>Fator Trabalho</u>		
Número de Trabalhadores	732	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	401	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Pedágio	178	
Áreas de Apoio	153	
Despesas de Pessoal	40.434	
Operacional	23.578	
Pedágio	10.466	
Áreas de Apoio	8.996	
<u>Fator Capital</u>		
Despesas de Depreciação	54.865	Regra de depreciação empregada
Ativo Líquido	54.052	Caixa e Equivalentes de Caixa
Ativo Bruto	2.021.192	
Série Histórica dos Investimentos	1.784.173	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	-127.428	Custo de capital
<u>Fatores Intermediários</u>		
Despesas em Administração	482.612	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	104.200	Valores monetários
Outras Despesas	15.168	
<u>Seguridade</u>		
Quantidade de Acidentes	1.397	Na medida do possível, separados entre aquele em que houve vítimas ou apenas danos e lesões
Acidentes c/ vítimas feridas	550	
Acidentes s/ vítimas	808	
Acidentes c/ mortos	39	
Vítimas feridas	805	
Mortos	47	
<u>Indicadores</u>		
Receita por veículo ou KM	2,41	
Custo por veículo ou KM	1,70	
Quilômetros de rodovia	845	

3.6 Balanço Social

	2020	2019
Faturamento bruto		
Receita líquida (RL)	311.823	291.883
Resultado operacional (RO)	-341.973	-8.368
Folha de pagamento bruta (FPB)	40.434	40.549
Folha de pagamento bruta - total remunerações	17.590	20.976
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	**	**

**Não temos informações para esse item, visto que Gestão de Pessoas não faz a gestão deste item.

4. Demais Assuntos**4.1 Governança Corporativa**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Eduardo Siqueira Moraes Camargo o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Érika Natsumi Matsumoto e Guilherme Motta Gomes. A Diretoria, composta por dois membros foi eleita pelo Conselho de Administração: Heitor de Souza Pires, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e como Diretor Operacional eleito Guilherme Motta Gomes.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades a fim de ampliar os impactos ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as Concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessoria o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR S.A.. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental da Companhia.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse:

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.3 Compromissos

A Concessionária está em conformidade aos Princípios do Equador segundo o 8º Relatório de Monitoramento que contém as informações relacionadas a verificação do cumprimento do Plano de Ação Socioambiental (ESAP) atestando que as diretrizes Socioambientais estão sendo atendidas.

Em 2020 a Companhia realizou ações do programa (i) Estrada para Saúde, destinado ao bem-estar do motorista de caminhão com foco na melhoria da qualidade de vida e redução de acidentes; e (ii) Campanhas Educativas para os usuários da rodovia.

4.4 Destaques do Período

No exercício de 2020 houve uma redução no número de ações voltadas ao usuário da BR-163/MS devido à pandemia global do novo coronavírus, fato que impactou negativamente as ações de segurança viária.

Mês	Palestra		Panfletagem	Ação Educativa
	Qtd Palestra	Público Atingido		
Janeiro	-	-	27.398	112
Fevereiro	-	-	54.011	289
Março	-	-	4.230	81
Abril	-	-	-	5
Maiο	-	-	81	33
Junho	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-
Setembro	4	37	1.900	3
Outubro	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-
TOTAL	4	37	87.620	523

4.5 Reconhecimento

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2020 foram:

- Reconhecimento na Auditoria de Monitoramento Socioambiental exigida pela Caixa Econômica Federal destacando “o alto nível de comprometimento com a gestão socioambiental do empreendimento conforme demonstrado até o momento, mesmo no atual período de incerteza quanto ao futuro do contrato de concessão da rodovia”.
- Apoio da CCR MSVia no transporte de alimentos de Campo Grande até o Pantanal, para atender os animais silvestres afetados pelos incêndios na região do Pantanal. Segundo o secretário-adjunto da Semagro, “vemos a solidariedade em ação no momento mais necessário”.
- Elogios pelos Usuários da Rodovia BR-163/MS: a quantidade de elogios recebidos pelos colaboradores do Atendimento vem crescendo significativamente através do nosso canal de 0800, no exercício de 2020 foi alcançado o total de 8577 elogios, comparando com 2019 a quantidade de elogios cresceu 57,1% demonstrando um grande empenho dos colaboradores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.6 Considerações Finais

4.6.1 Agradecimentos

Neste exercício de 2020 a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

4.6.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.6.3 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

4.6.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e aprovou as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

.

Campo Grande, 04 de março de 2021.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos. Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluídos em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2018, foram aplicados o 3º reajuste ordinário e o 5º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 700 de 13 de setembro de 2018, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 30 de novembro de 2019, foram aplicados o 4º reajuste ordinário e o 6º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 1.024 de 26 de novembro de 2019, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão. No entanto, a Companhia obteve suspensão dos efeitos da deliberação, com a consequente suspensão da redução da tarifa até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa às 00:00 do dia 1º de dezembro de 2019.

Em 14 de setembro de 2020 não ocorreu o reajuste tarifário conforme regras do Contrato de Concessão, devido a suspensão dos efeitos da deliberação nº 1.025 de 26 de novembro de 2019, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Companhia recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

1.1 Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes:

Notas Explicativas

Veículos Equivalentes					
12/março/2020 a 31/dezembro/2020			01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020		
vs			vs		
12/março/2019 a 31/dezembro/2019			01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-13,1%	5,5%	1,4%	-10,1%	3,2%	0,2%

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controlador final CCR S.A, para maiores detalhes vide nota explicativa nº 5d.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas e priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte dos colaboradores do grupo de liderados.
- Sob o ponto de vista dos financiamentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou programa emergencial, promovendo a suspensão do pagamento das prestações dos financiamentos pelas empresas, entre abril e setembro de 2020, sendo que os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. A suspensão é válida para contratos de financiamentos diretos ou indiretos com o BNDES. Foram obtidas as aprovações da Companhia e devido a autorização ter ocorrido em maio de 2020, a suspensão das parcelas iniciou-se naquele mês.

A Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, para maiores esclarecimentos, vide nota 1.2, subitem iii.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

Notas Explicativas

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que os contratos serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia. Para maiores detalhes de critérios de recuperação de ativos, vide nota explicativa nº 08 e nº 12, de 31 de dezembro de 2020.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

1.2 Outras informações relevantes:

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à Companhia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela Companhia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à Companhia.

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo nº 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 25 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a Companhia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018.

Notas Explicativas

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que fossem realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 05 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do processo por mais 60 dias, o que foi deferido.

Em 11 de abril de 2019, a ANTT formulou novo pedido de prorrogação, requerendo a dilação da suspensão por mais 45 dias.

Diante do transcurso do prazo adicional de 45 dias sem qualquer manifestação da ANTT, bem como considerando que a Agência informou que seria aplicado o Fator D, com fundamento nesse fato novo, a Companhia, em 13 de junho de 2019, apresentou petição reiterando os pedidos liminares inicialmente formulados, sobretudo no que diz respeito à suspensão da aplicação do Fator D.

Em 29 de julho de 2019, a Companhia apresentou nova petição informando que a ANTT havia notificado a Companhia para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Nota Técnica nº 2330, que consignou os resultados preliminares da revisão tarifária em andamento e apontou eventual redução tarifária em setembro de 2019 da ordem de 54,27% ou da ordem de 40,58% (caso o recálculo seja diluído ao longo dos próximos 36 meses). Com fundamento nesse fato novo, foi reiterado o pedido liminar formulado na inicial para suspender a aplicação do “Fator D”.

Em 17 de setembro de 2019, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia. Em 26 de setembro de 2019, a Companhia interpôs o recurso de agravo de instrumento requerendo a reforma da decisão recorrida, o qual foi indeferido em 16 de outubro de 2019. Em 06 de novembro de 2019, a Companhia interpôs agravo interno. Em 04 de dezembro de 2019, a Companhia comunicou nos autos do agravo de instrumento que decidiu submeter a questão do reequilíbrio contratual à jurisdição arbitral, razão pela qual desistiu do recurso.

Em 20 de dezembro de 2019, a União protocolizou petição comunicando que deixou de apresentar contrarrazões ao agravo interno, tendo em vista a desistência recursal da parte adversa.

Em 1ª instância, a Companhia apresentou réplica, em 15 de outubro de 2019, e o processo segue na fase de instrução.

Em 05 de março de 2020, o Ministério Público Federal apresentou petição para requerer vista dos autos para análise de possível interesse em intervir no feito. Em 11 de março de 2020, foi protocolizada petição pela Companhia requerendo a suspensão do processo até o término da arbitragem em que será discutido o desequilíbrio do contrato de concessão ou, na remota hipótese de assim não se entender, reiterando as provas que pretende produzir. Em 20 de maio de 2020, foi certificado o decurso do prazo para manifestação da ANTT sobre provas.

No âmbito administrativo, o procedimento que tem por objeto a revisão ordinária, a revisão extraordinária e o reajuste tarifário, por meio da Deliberação da ANTT nº 1025/19, em 26 de novembro de 2019, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS, motivo que ensejou a ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400).

Em 27 de julho de 2020, foi proferida decisão que deferiu a suspensão do feito por 6 meses ou até o término do processo da arbitragem. Em 12 de agosto de 2020, o Ministério Público tomou ciência desta decisão. O processo permanece suspenso aguardando a conclusão da arbitragem.

Notas Explicativas

ii. Redução Tarifária

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da Deliberação nº 1025/19 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo n.º 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da Deliberação n.º 1025/19, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. n.º 1039786-87.2019.4.01.3400). Em 29 de novembro de 2019, o juízo de 1ª instância proferiu decisão que indeferiu o pedido liminar.

Em 30 de novembro de 2019, a Companhia interpôs recurso de agravo de instrumento perante o TRF da 1ª Região buscando a reforma da decisão e o deferimento do pedido de liminar para suspender os efeitos da Deliberação n.º 1025/19. No mesmo dia, foi proferida decisão que concedeu a liminar recursal, suspendendo os efeitos da Deliberação n.º 1025/19 e, assim, a consequente suspensão da redução na tarifa, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa básica de pedágio à 00h00 de 1º de dezembro de 2019. Em 20 de janeiro de 2020, a ANTT apresentou contestação. Em 23 de janeiro de 2020, a União apresentou contestação.

Em 12 de maio de 2020, foi protocolizada petição comunicando que foi constituído o Tribunal Arbitral, de sorte que resta prejudicada a tutela cautelar antecedente, assim como requerendo a extinção do feito, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VII, do CPC. Em 02 de junho de 2020, a ANTT não se opôs aos pedidos de (i) extinção da cautelar e (ii) perda de objeto do agravo, realizados pela Companhia.

Em 16 de julho de 2020, foi proferida sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito. Em 03 de agosto de 2020, foram opostos embargos de declaração pela Companhia no tocante à condenação ao pagamento de honorários de sucumbência.

No âmbito da arbitragem, após a composição do Tribunal Arbitral e celebração da Ata de Missão, foram apresentadas, pela Companhia suas alegações iniciais em 17 de agosto de 2020. Em 19 de outubro de 2020, foram apresentadas as respostas da União e ANTT às alegações iniciais. A Companhia apresentou sua réplica em 19 de novembro de 2020. Em 21 de dezembro de 2020, a União e ANTT apresentaram tréplica. Aguarda-se a apreciação, pelo Tribunal arbitral, dos pleitos relativos à tutela de urgência formulados pelas partes, o que deverá ocorrer posteriormente à audiência com data a ser determinada.

iii. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da Lei 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e nos termos do Decreto Federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a Companhia inicia os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão, sendo o sistema rodoviário submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente.

Por meio de Deliberação nº 337, de 21 de julho de 2020, a Diretoria Colegiada da ANTT, atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da BR-163/MS relativa ao contrato de concessão celebrado pela Companhia, objeto do Fato Relevante de 19 de dezembro de 2019. O pleito formulado pela Companhia foi encaminhado ao Ministério da Infraestrutura que declarou sua compatibilidade com escopo da política pública e o submeteu ao Conselho do

Notas Explicativas

Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, conforme Portaria nº 156 de 20 de outubro de 2020.

Na 14ª Reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, realizada em 02 de dezembro de 2020, o requerimento foi submetido à deliberação. Em 21 de janeiro de 2021, foi publicada a Resolução CPPI nº 148, de 02 de dezembro de 2020, relativa à deliberação do PPI com a opinião favorável à qualificação da MSVia para fins de relicitação.

Aguarda-se a edição e publicação de decreto por parte do Presidente da República para posterior celebração de aditivo contratual de relicitação que regulará as condições de operação até a efetiva devolução do sistema rodoviário e definirá os critérios para o levantamento dos valores da indenização devida pelos investimentos realizados pela Concessionária. A conclusão desse processo depende da aceitação, pela Companhia e por seus financiadores, dos termos de aditivo contratual a ser proposto pela ANTT.

Após a assinatura do aditivo contratual, espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses, conforme previsto na lei nº 13.448/2017.

iv. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da Companhia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da Companhia e pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela Companhia.

Em 09 de outubro de 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela Companhia, de modo que tornou-se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a Companhia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a Companhia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da Companhia, que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência.

Em 24 de setembro de 2018, foi proferida decisão indeferindo a antecipação de tutela requerida pela OAB/MS. Foi determinada, ainda, a citação das rés e a exclusão da União do polo passivo da ação.

A OAB/MS requereu a dilação de prazo para apresentar o pedido principal, que foi deferido em despacho publicado em 14 de março de 2019.

Em 02 de abril de 2019, foi proferida sentença extinguindo o feito sem resolução do mérito, a qual foi publicada em 08 de abril de 2019. O prazo para eventual recurso da OAB/MS transcorreu sem a interposição de recurso, de modo que, em 27 de agosto de 2019, foi certificado o trânsito em

Notas Explicativas

julgado da sentença que extinguiu o processo sem exame de mérito.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2 Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

Notas Explicativas

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Notas Explicativas

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos

Notas Explicativas

são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) *Ativos intangíveis*

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "o"

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) *Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Notas Explicativas

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou

- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas-chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos

Notas Explicativas

qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Notas Explicativas

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte

Notas Explicativas

integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Arrendamento mercantil

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no Balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

r) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Mato Grosso do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

s) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS

Traz novos conceitos, forneceu definições, atualização e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclareceu alguns conceitos importantes.

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15 (IFRS 3)

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Notas Explicativas

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não alterar o conceito subjacente de materialidade das Normas IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39) e CPC 40 (IFRS 7)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento

t) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Notas Explicativas

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16);
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- IFRS 17 – Contratos de seguros.

3 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 04 de março de 2021, foi aprovado pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas

Nota

- 2o Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 11 Intangível e intangível em construção
- 16 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais
- 17 Provisão de manutenção
- 22 Instrumentos financeiros

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juro e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são

Notas Explicativas

realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos; (2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; e (3) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 9, 15, 22 e 23.

As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos (a)	101.342	98.273	95.264	92.499	987.905
Fornecedores e outras contas a pagar	22.697	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	905	-	-	-	-
Obrigações com poder concedente	908	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 56.643 substancialmente composto por fornecedores, financiamentos e provisão de manutenção, detalhados nas notas explicativas nº 13, 15 e 17, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A..

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.1.

Notas Explicativas**6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	11.095	11.765
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	42.957	-
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>54.052</u>	<u>11.765</u>

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	15.920	24.635
Total - Circulante	15.920	24.635
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide nota explicativa 15)	25.474	29.287
Total - Não Circulante	25.474	29.287
Total - Aplicações financeiras	<u>41.394</u>	<u>53.922</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 95,16% do CDI, equivalente a 2,63% ao ano (97,83% do CDI, equivalente a 5,81% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

7 Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.475	1.442
Pedágio eletrônico (b)	13.892	10.723
	15.367	12.165
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(84)	(117)
	<u>15.283</u>	<u>12.048</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos a vencer	15.282	12.042
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	6
Créditos vencidos há mais de 180 dias	84	117
	<u>15.367</u>	<u>12.165</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de aineis publicitários) prevista no contrato de concessão;

Notas Explicativas

- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
e
- (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(406.588)	(23.030)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	138.240	7.830
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis (b)	(46.065)	(940)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	24	21
Impostos diferidos não constituídos (a)	(34.423)	(30.812)
Outros ajustes tributários	-	(8.117)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>57.776</u>	<u>(32.018)</u>
Impostos diferidos	<u>57.776</u>	<u>(32.018)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>14,21%</u>	<u>-139,03%</u>

- (a) Em 2020 e 2019, foram realizados testes de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos da Companhia e em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro não foi reconhecido imposto diferido.
- (b) Em 2020, no montante de R\$ 46.065, o valor de R\$ 45.213 refere-se aos impostos sobre provisões contratuais com o poder concedente, para maiores detalhes vide nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019	Reconhecido no resultado	2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	12.978	(12.978)	-	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	124	124	124	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	18	18	18	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	682	682	682	-
Provisão de manutenção	17.723	1.082	18.805	18.805	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(92.654)	383	(92.271)	-	(92.271)
Provisão para Fornecedores	-	3	3	3	-
Estimativa de perda Lei nº 13.448/1	-	68.356	68.356	68.356	-
Outros	-	106	106	106	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(61.953)	57.776	(4.177)	88.094	(92.271)
Compensação de imposto	-	-	-	(88.094)	88.094
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(61.953)	57.776	(4.177)	-	(4.177)

	2018	Reconhecido no resultado	2019		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	12.978	12.978	12.978	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.264	(1.264)	-	-	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	485	(485)	-	-	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	33	(33)	-	-	-
Provisão de manutenção	30.896	(13.173)	17.723	17.723	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(65.348)	(27.306)	(92.654)	2.050	(94.704)
Outros	2.735	(2.735)	-	-	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(29.935)	(32.018)	(61.953)	32.751	(94.704)
Compensação de imposto	-	-	-	(32.751)	32.751
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(29.935)	(32.018)	(61.953)	-	(61.953)

(a) Saldos de diferenças temporárias dispostas na lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados e custo de transação.

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 135.194 (R\$ 45.966 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2020) e em 31 de dezembro de 2019 montante de R\$ 114.529 (R\$ 38.940 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Também não registrou ativo fiscal diferido sobre o saldo de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL no montante de R\$ 83.506 e R\$ 89.657 respectivamente (R\$ 28.946 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2020).

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	2020		2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Ativo	Passivo
			Contas a Receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	3.838 (a)	-	-	300 (a)
CPC	6.872 (b)	504 (f)	-	561 (b)
Outras partes relacionadas				
Conces. ViaRio S.A	-	-	-	2 (c)
CCR ViaSul	-	-	13 (c)	15 (c)
CCR ViaCosteira	-	-	10 (c)	27 (c)
SPVias	-	615 (e)	-	-
Intercement Brasil S.A	77 (d)	-	-	-
Total	10.787	1.119	23	905

	Transações		Saldos	
	2019		2019	
	Despesas com serviços prestados	Intangível	Ativo	Passivo
		Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	
Controladora				
CCR	3.633 (a)	-	-	284 (a)
CPC	5.893 (b)	-	15 (c)	495 (b)
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S.A	-	225 (d)	-	-
ViaSul	-	-	16 (c)	-
Total, 31 de dezembro de 2019	9.526	225	31	779

Despesas com profissionais chaves da administração

	2020	2019
Remuneração: (g)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	922	882
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	99	842
Complemento/(Reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	(458)	(1.235)
Previdência privada	39	43
Seguro de vida	2	2
	604	534

Notas Explicativas**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração dos administradores (g)	180	925

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 07 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo o vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (e) Refere-se a compra de guinchos leves da SPVias;
- (f) Contrato de prestação de serviços de planejamento e elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, com vencimento em 31 de janeiro de 2021, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; e
- (g) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.589	-	(21)	20	-	1.588
Máquinas e equipamentos		81.393	-	(60)	874	-	82.207
Veículos		23.727	-	(1.712)	2.654	-	24.669
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	-	828
Equipamentos operacionais		53.821	-	(2)	113	(155)	53.777
Imobilizações em andamento		2.419	1.650	-	(3.767)	-	302
Total custo		164.073	1.650	(1.795)	(106)	(155)	163.667
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(697)	(148)	14	(4)	-	(835)
Máquinas e equipamentos	14	(33.204)	(11.576)	41	-	-	(44.739)
Veículos	25	(18.592)	(2.135)	1.712	-	-	(19.015)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	11	(20.300)	(6.078)	1	-	-	(26.377)
Total depreciação		(73.089)	(19.937)	1.768	(4)	-	(91.262)
Total geral		90.984	(18.287)	(27)	(110)	(155)	72.405

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (c)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.398	-	(28)	219	-	1.589
Máquinas e equipamentos		80.834	-	(201)	760	-	81.393
Veículos		21.008	-	(2.236)	4.955	-	23.727
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	-	828
Equipamentos operacionais		53.559	-	-	262	-	53.821
Imobilizações em andamento		6.712	5.065	-	(9.265)	(93)	2.419
Total custo		164.635	5.065	(2.465)	(3.069)	(93)	164.073
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(375)	(138)	13	(197)	-	(697)
Máquinas e equipamentos	12	(22.139)	(11.365)	104	196	-	(33.204)
Veículos	24	(18.079)	(2.647)	2.134	-	-	(18.592)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	15	(14.454)	(5.847)	-	1	-	(20.300)
Total depreciação		(55.343)	(19.997)	2.251	-	-	(73.089)
Total geral		109.292	(14.932)	(214)	(3.069)	(93)	90.984

Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2020 (R\$ 392 no exercício de 2019, correspondentes a taxa média de capitalização de 7,79% a.a. - custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento).

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Ativo 100% depreciado.
- (c) Reclassificações do ativo imobilizado para o resultado.

11 Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (c)	
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.746.657	-	15.287	(301.357)	1.460.587	
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.026	-	669	-	12.695	
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		429	257	(563)	-	123	
Intangível		1.759.112	257	15.393	(301.357)	1.473.405	
Intangível em construção		151.500	37.994	(15.287)	(315)	173.892	
Total custo		1.910.612	38.251	106	(301.672)	1.647.297	
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(71.461)	(32.642)	4	-	(104.099)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.909)	(2.282)	-	-	(9.191)	
Total amortização		(78.370)	(34.924)	4	-	(113.290)	
Total geral		1.832.242	3.327	110	(301.672)	1.534.007	

Notas Explicativas

	2018		2019			
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (d)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.531.800	-	214.938	(81)	1.746.657
Direitos de uso de sistemas informatizados		9.241	-	2.785	-	12.026
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	145	284	-	429
Intangível		1.541.041	145	218.007	(81)	1.759.112
Intangível em construção		281.775	84.764	(214.938)	(101)	151.500
Total custo		1.822.816	84.909	3.069	(182)	1.910.612
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(42.872)	(28.589)	-	-	(71.461)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(4.781)	(2.128)	-	-	(6.909)
Total amortização		(47.653)	(30.717)	-	-	(78.370)
Total geral		1.775.163	54.192	3.069	(182)	1.832.242

Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2020 (R\$ 63.144 no exercício de 2019, correspondente a taxa média de capitalização de 7,79% a.a. - custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento).

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico.
- (c) O valor líquido de reduções, no montante de R\$ 301.292, refere-se a estimativa de perda lei nº 13.448/17, e o valor de reduções, no montante de R\$ 65, refere-se a reclassificações do ativo intangível para o resultado;
- (d) Baixa de caução referente ao pagamento de indenização trabalhista.

À luz do processo judicial, mencionado no item 1.2 Outras informações relevantes, subitem iii, desta nota explicativa, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, utilizando a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão. Tal cenário é compreendido como o mais adequado para análise de recuperação de seus ativos, tendo em vista o estágio avançado do processo de devolução amigável sob o regime da Lei 13.448/2017, conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019. Neste sentido, foi constituída provisão para perda de recuperabilidade no montante de R\$ 301.292.

12 Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	2019	2020	
	Saldo inicial	Depreciação	Saldo final
Máquinas e equipamentos	4	(4)	-
	4	(4)	-

b. Passivo de arrendamento

	2019	2020	
	Saldo inicial	Pagamentos	Saldo final
Circulante	(4)	4	-
	(4)	4	-

Notas Explicativas

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,54% a.a. para contratos de arrendamentos nos exercícios de 2020 e 2019, em 2020 não foram adicionados novos contratos para avaliação.

13 Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	22.237	16.956
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	25	14
	<u>22.262</u>	<u>16.970</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
INSS sobre folha de pagamento	538	583
IRRF de empregados	182	203
FGTS	187	189
Sesi/Senai	81	107
Salários a pagar	659	1.225
Provisão para participação nos resultados	1.477	4.765
Provisão para férias	2.457	2.268
Outras obrigações trabalhistas	932	845
	<u>6.513</u>	<u>10.185</u>
Não circulante		
Provisão para participação nos resultados	49	49
	<u>49</u>	<u>49</u>

15 Financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u> (% a.a.)	<u>Taxa efetiva</u> <u>do custo de</u> <u>transação</u> (% a.a.) (a)	<u>Custos de</u> <u>transação</u> <u>incorridos</u>	<u>Saldos dos</u> <u>custos a</u> <u>apropriar em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Em moeda nacional							
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	17.013	11.572	Março de 2039	677.122	671.028 (b) (c) (d)
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	2.598	1.822	Março de 2039	129.148	128.028 (b) (c) (d)
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	2.671	1.882	Março de 2039	52.668	52.085 (b) (c) (d)
Total geral				<u>15.276</u>		<u>858.938</u>	<u>851.141</u>
Circulante							
Financiamentos						50.226	47.617
Custos de transação						(1.525)	(1.599)
						<u>48.701</u>	<u>46.018</u>
Não Circulante							
Financiamentos						823.988	820.401
Custos de transação						(13.751)	(15.278)
						<u>810.237</u>	<u>805.123</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da

Notas Explicativas

operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A.
- (c) Garantia real.
- (d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2020
2022	47.768
2023	47.768
2024	47.768
2025 em diante	680.684
	<u>823.988</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 14 de março de 2016, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 2.109.915, com vencimento final em 15 de março de 2039. O valor do financiamento está dividido em 18 subcréditos, incluindo o subcrédito social no valor de R\$ 11.542, destinado a aprovação de projetos sociais no âmbito da comunidade pelo BNDES.

Em 15 de abril 2016, foi realizado o primeiro desembolso deste contrato, no valor de R\$ 587.039, que liquidou o empréstimo ponte, junto a este mesmo banco.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato direto do BNDES, sendo R\$ 22.390 referente ao subcrédito A e R\$ 52.560 referente ao subcrédito R1, com remuneração de TJLP + 2% a.a..

Sobre a dívida incide juros de TJLP + 2,0% a.a., exceção feita ao subcrédito social, sobre o qual incidirá apenas a TJLP. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir de 15 de junho de 2016, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias serão divididas em três fases: (i) pré *completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de: - (a) fiança corporativa da CCR; (b) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(ii) *Completion Parcial*, definido essencialmente pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de (a) fiança corporativa da CCR de 50% do saldo da dívida; (b) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

Notas Explicativas

(iii) *Completion Total*, onde além do *completion* parcial supracitado, a Companhia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2 e apresentação de Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR S.A.. Em relação à Companhia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

- Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Finisa (Finisa) e mediante repasse (Repasse) de recursos do BNDES, nos valores de R\$ 527.288 e R\$ 210.000, respectivamente, com vencimento final em 15 de março de 2039.

Em 07 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do Finisa no valor bruto de R\$ 103.800 e no dia 18 de outubro, R\$ 43.250, do Repasse.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato FINISA, no montante de R\$ 22.910.

Em 15 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato junto à Caixa, referente à repasse do BNDES, no montante de R\$ 9.545.

Sobre ambos contratos incide juros de TJLP + 2% ao ano. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano a partir de 15 de dezembro de 2016, e mensalmente, a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal ocorrerá em 15 de janeiro de 2020.

As garantias estão divididas em três etapas: (i) *pré completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, as quais são idênticas às do BNDES, divulgada no item 1, acima.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste exercício de 2020, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 22.946 e pagamento de juros no valor de R\$ 29.443 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram novas captações ou liquidações de financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo aplicado totaliza R\$ 25.474.

O resgate antecipado é permitido a qualquer tempo.

16 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

Notas Explicativas

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2019		2020			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	13	3.047	(109)	(2.050)	4	905
Trabalhistas e previdenciários	1.123	3.060	(1.028)	(1.062)	56	2.149
Contratuais (a)	-	132.980	-	-	-	132.980
	<u>1.136</u>	<u>139.087</u>	<u>(1.137)</u>	<u>(3.112)</u>	<u>60</u>	<u>136.034</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2020	2019
Cíveis e administrativos	2.226	549
Trabalhistas e previdenciários	397	382
Contratuais (a)	<u>235.631</u>	<u>159.570</u>
	<u>238.254</u>	<u>160.501</u>

- (a) Com relação aos processos cíveis, a ANTT lavrou até 31 de dezembro de 2020, autos de infrações contra a Companhia, relativos a questões operacionais do contrato de concessão, os quais totalizam o valor de R\$ 368.611, dos quais R\$ 235.631 (R\$ 159.570 em 2019) são avaliados como sendo de risco possível e R\$ 132.980 de risco provável (não teve autos de infração em 2019 avaliado como risco provável). Sem embargo das defesas e recursos administrativos, a Companhia requereu, na arbitragem atualmente em curso que discute a indenização que lhe é devida por todos os eventos que violaram o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a concessão de liminar que suspenda a exigibilidade de todas as multas vinculadas à não realização de investimentos até a conclusão do procedimento arbitral. Tal pedido ainda não foi apreciado.

17 Provisão de manutenção

	2019		2020		
	Saldo inicial	Constituição / (reversão) de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Transferências	Saldo final
Circulante	-	(134.439) (a)	296	191.715	57.572
Não circulante	153.375	54.104	10.821	(191.715)	26.585
	<u>153.375</u>	<u>(80.335)</u>	<u>11.117</u>	<u>-</u>	<u>84.157</u>

As taxas anuais de 2020 e 2019, para o cálculo do valor presente, são de 6,49% a.a. e 6,60% a.a., respectivamente.

- (a) Em função do estágio avançado de adesão ao regime de devolução amigável da Companhia, o horizonte provável de término da concessão passou a ser de 2 anos e a provisão de manutenção foi adequada para refletir essa expectativa, e atender aos requisitos de manutenção dentro desse período.

Notas Explicativas

18 Obrigações parceladas

	2019			2020		
	Saldo inicial	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo final
Circulante						
Multa com o poder concedente	486	-	17	(712)	1.174	965
Não circulante						
Multa com o poder concedente	893	2.387	24	-	(1.174)	2.130

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 28 de março de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 23.000, mediante a emissão de 23.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 871.000, dividido em 871.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 26 de setembro de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 45.000, mediante a emissão de 45.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com o prazo para integralização até 31 de dezembro de 2019. Em 28 de novembro de 2019, foi prorrogado o prazo de integralização para 30 de março de 2020, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração da controladora CCR S.A., e em 06 de março de 2020 o valor foi totalmente integralizado, passando o capital social da Companhia de R\$ 871.000 para R\$ 916.000.

b. Absorção do prejuízo

A Administração da acionista CCR S.A. propõe pela absorção de prejuízos da Companhia nos montantes de R\$ 4.340 com a reserva de lucros, R\$ 6.806 com a conta de retenção de lucros e R\$ 20.619 com a conta de reserva especial de dividendos, a ser aprovado na AGO de 2021. (Em 2019, houve reversão da provisão do dividendo mínimo obrigatório em 30 de abril de 2019 no montante de R\$ 3.302 a conta de reserva especial de dividendos, e absorção do prejuízo no montante de R\$ 55.048 a conta de retenção de lucros).

c. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2020	2019
Numerador		
Prejuízo líquido	(348.812)	(55.048)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	907.986	887.762
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	(0,38416)	(0,06201)

Notas Explicativas

20 Receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de pedágio	292.320	291.394
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	37.993	19.119
Receitas acessórias	7.518	7.257
Receita bruta	<u>337.831</u>	<u>317.770</u>
Impostos sobre receitas	(25.951)	(25.850)
Devoluções e abatimentos	(57)	(37)
Deduções das receitas brutas	<u>(26.008)</u>	<u>(25.887)</u>
Receita operacional líquida	<u>311.823</u>	<u>291.883</u>

21 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamentos	(60.185)	(68.808)
Variação monetária sobre financiamentos	-	(2.647)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(11.117)	(8.368)
Ajuste a valor presente - Arrendamento Mercantil	-	(1)
Capitalização de custos dos financiamentos	-	63.536
Juros sobre obrigações parceladas	(41)	(227)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(371)	(688)
	<u>(71.714)</u>	<u>(17.203)</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.049	2.493
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	53	2
Juros e outras receitas financeiras	342	46
	<u>2.444</u>	<u>2.541</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(69.270)</u>	<u>(14.662)</u>

22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros

Notas Explicativas

indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2020			2019		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	11.095	-	-	11.765	-	-
Aplicações financeiras	58.877	-	-	24.635	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	25.474	-	-	29.287	-	-
Contas a receber	-	15.283	-	-	12.048	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	23	-	-	31	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(858.938)	-	-	(851.141)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(22.697)	-	-	(17.391)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(905)	-	-	(779)
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	(4)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(908)	-	-	(873)
	<u>95.446</u>	<u>15.306</u>	<u>(883.448)</u>	<u>65.687</u>	<u>12.079</u>	<u>(870.188)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Notas Explicativas

	2020	2019
Nível 2:		
Aplicações financeiras	84.351	53.922

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDÉS	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	688.694	(44.638)	(52.308)	(59.981)
CEF (REPASSE BNDÉS)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	54.550	(3.536)	(4.143)	(4.751)
CEF (FINISA)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	130.970	(8.489)	(9.948)	(11.407)
Auto de infração parcelado - Poder Concedente	Selic ⁽⁴⁾		3.095	(59)	(74)	(88)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽³⁾		53.091	975	1.219	1.463
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽³⁾		25.473	431	539	647
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁵⁾	CDI ⁽³⁾		5.787	77	96	116
Total do efeito de ganho ou (perda)				(55.239)	(64.619)	(74.001)
Efeito sobre os financiamentos				(56.663)	(66.399)	(76.139)
Efeito sobre as obrigações parceladas				(59)	(74)	(88)
Efeito sobre as aplicações financeiras				1.483	1.854	2.226
Total do efeito de ganho / (perda)				(55.239)	(64.619)	(74.001)

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	4,39%	5,49%	6,59%
CDI ⁽³⁾	1,90%	2,38%	2,85%
Selic ⁽⁴⁾	1,90%	2,38%	2,85%

Notas Explicativas

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela BNDES;
 (3) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
 (4) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
 (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
 (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
 (7) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

23 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Compromisso de investimento	<u>175.219</u>	<u>4.407.938</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

O valor dos compromissos de investimentos futuros foi reduzido em função da expectativa de assinatura do termo de devolução da concessão (Lei 13.448/17).

24 Demonstração do fluxo de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.
- b. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 31 de dezembro de 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributos a recuperar	(15)	-
Fornecedores	(157)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(172)</u>	<u>-</u>
Outros de imobilizado e intangível	172	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>172</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Capital social</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(851.141)	29.287	(871.000)	(4)	(1.692.858)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamentos de principal e juros	52.388	-	-	4	52.392
Integralização de capital	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	(3.813)	-	-	(3.813)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	52.388	(3.813)	(45.000)	4	3.579
Outras variações					
Despesas com juros	(60.185)	-	-	-	(60.185)
Total das outras variações	(60.185)	-	-	-	(60.185)
Saldo Final	<u>(858.938)</u>	<u>25.474</u>	<u>(916.000)</u>	<u>-</u>	<u>(1.749.464)</u>

25 Eventos Subsequentes

a. Coronavírus

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Companhia, verificou-se no período de 1º de janeiro a 25 de fevereiro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Real 2021 x Real 2020		
Veículos Equivalentes		
01/janeiro/2021 a 25/fevereiro/2021		
vs		
01/janeiro/2020 a 25/fevereiro/2020		
Passeio	Comercial	Total
-8,1%	11,2%	6,2%

Receita líquida de receita de construção

	<u>01/01/2021 a 31/01/2021</u>	<u>01/01/2020 a 31/01/2020</u>	<u>% Var.</u>
Receita líquida de receita de construção	24.045	22.646	6%

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Campo Grande – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

Veja as Notas explicativas 2(i) e 16 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, previdenciário e contratual decorrentes do curso normal de suas atividades.

As estimativas de desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes.

Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades nos âmbitos cíveis, trabalhistas e contratuais, face ao elevado grau de complexidade de algumas leis e regulamentos no Brasil, podem impactar significativamente o montante reconhecido e divulgado nas demonstrações financeiras.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos.

Efetuamos o envio de cartas de confirmação de posição de contingências aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2020 e realizamos o confronto entre os relatórios de contingências preparado pela Companhia e as respostas das cartas de confirmação.

Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 2(h) e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e utilizou o cálculo do valor justo menos custo de venda para mensuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor justo menos custo de venda utilizado na mensuração do valor recuperável, utilizou-se a abordagem de custo de substituição ou reposição, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder concedente em caso de relicitação do contrato de concessão.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação do valor justo menos custo de venda, à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos, para a mensuração do valor justo menos custo de venda dos ativos não financeiros relacionados à concessão, as indenizações que estão previstas no contrato de concessão em consonância com a Lei nº 13.448 de 2017, Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019, em caso de relicitação do contrato de concessão.

Efetuamos o recálculo matemático das premissas que foram consideradas no cálculo da indenização.

Obtivemos a opinião legal dos assessores jurídicos internos sobre a probabilidade de perda das multas contratuais, as quais são deduzidas da indenização devida pelo poder concedente e avaliamos se o cálculo da indenização está de acordo com a Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019.

Adicionalmente, consideramos também se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação da redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão, os quais foram registrados e divulgados pela administração.

Consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas no teste do valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, assim com as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1.2, subitem i e iii, às demonstrações financeiras, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, a Companhia ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindido. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. Adicionalmente, em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17, iniciando assim, os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão. O pleito formulado pela Companhia aguarda a edição e publicação de decreto por parte do Presidente da República para posterior celebração de aditivo contratual de relicitação. A conclusão desse processo depende da aceitação pela Companhia e seus financiadores, dos termos de aditivo contratual a ser proposto pela ANTT. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Campo Grande/MS, 04 de março de 2021.

HEITOR DE SOUZA PIRES
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Campo Grande/MS, 04 de março de 2021.

HEITOR DE SOUZA PIRES
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR OPERACIONAL